

governo estadual tem que pagar para todos os profissionais da Educação.

O governo está controlando aqui a Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente. Por isso que o projeto não foi aprovado até agora e vou aqui dar os dados para que todos saibam o que realmente está acontecendo. O projeto, o PLC 37, entrou na Comissão de Constituição e Justiça no dia 22, Sr. Presidente, de outubro.

Ele está em regime de urgência. Então o prazo venceu dia 25, porque caiu no final de semana. Então o prazo dessa urgência, o prazo para que ele tivesse já um relator e um parecer venceu no dia 25 de outubro, porque estava em urgência. O fato é que isso não aconteceu. Eu quero dizer o seguinte: olhe a gravidade da situação, deputado.

O PLC que institui o abono Fundeb para os profissionais da Educação da rede estadual não teve nenhum andamento até agora desde o dia 22 de outubro. Pior, não tem relator.

O presidente da comissão, deputado do PSDB, tucano, aliado do governo, fiel escudeiro do governo, deputado Mauro Braga, sentou em cima do PLC 37. Não distribuiu para nenhum relator; não tem relator para esse projeto.

E mais ainda: não tem relator, não tem parecer, logicamente. Ou seja, nada aconteceu, minha gente, do dia 22 até agora, até a data de hoje, até este horário o projeto está engavetado na Comissão de Constituição e Justiça. Nada aconteceu até agora. Ou seja, não tem relator, não tem parecer, não tem andamento, não tem nada.

E quem controla essa comissão, repito: é o governo Doria. E a comissão, o presidente, está a serviço do governo, dos interesses do governo. Nesse tempo foi apresentada uma mensagem fazendo uma alteração do texto, mas que não inclui nenhuma alteração significativa do ponto de vista da inclusão do QAE, do QSE, por exemplo, para que eles possam também receber o abono Fundeb, porque é um direito.

Está lá consagrado na lei e eles ficaram de fora, nada disso. Na verdade, essa mensagem que chegou altera uma parte do texto alterando, na verdade, um erro do PLC 26, que trata da questão da evolução da progressão dos servidores do Quadro de Apoio Escolar; trata dessa questão.

Pega uma carona, na verdade, no PLC 37, como essa alteração que o governo fala que é uma nova carreira, que ele mudou a carreira dos servidores do Quadro de Apoio Escolar.

Isso não procede e ele também pegou carona no PLC 26, ele mandou uma mensagem aditiva. Ele vai pegando a carona dentro da carona. Isso mostra também o desprezo que ele tem pelo QAE e pelo QSE, porque ele não tem coragem nem de mandar um projeto discutido com a categoria, um projeto sério que valorize de fato esses importantes servidores.

Mas o fato, Sr. Presidente, é que o projeto está parado na comissão. Nada aconteceu, não teve andamento nenhum. Nós estamos já fazendo vários apelos o tempo todo aqui na tribuna, conversando com os representantes do governo.

Agora nós esperamos que na semana que vem sem falta o projeto entre em votação, até porque o governo estadual é obrigado por lei a votar esse projeto aqui na Assembleia Legislativa ainda neste ano de 2021 e pagar o abono no ano de 2021.

Não tem saída para o governo. Não sei por que ele está protelando se tem acordo com os 94 deputados e deputadas. Todos querem votar o abono Fundeb, e há acordo com a esquerda, com a direita, com o centro, com os governistas, com os não governistas.

Todos estão irmanados na aprovação. Então, se ele não entrou ainda em votação, é porque o governo controla essa pauta. Todos sabem disso, como que o governo controla praticamente todas as comissões permanentes aqui da Assembleia Legislativa, controla as CPLs, controla tudo.

A Assembleia Legislativa é um departamento, uma extensão do Palácio dos Bandeirantes, mas nós queremos votar, Sr. Presidente. É muito importante votar em caráter de extrema urgência o PLC 37. Nós indagamos o presidente, deputado Carlão Pignatari, na última sessão, e ele disse que faria o debate já no próximo Colégio de Líderes, na segunda-feira.

Então, espero que neste Colégio de Líderes já haja determinação para que o projeto seja votado na terça ou no máximo na quarta-feira que vem, Sr. Presidente, em caráter de extremíssima urgência, porque esse abono Fundeb é um direito de todos os profissionais da Educação.

Não é favor, não é assistência, embora nós estejamos lutando para que haja incorporação desse abono no salário-base de todos os servidores da Educação.

Sr. Presidente, só para concluir aqui o meu tempo, eu queria dizer o seguinte. Sr. Presidente, nós temos também, a Assembleia Legislativa tem - repito, vou falar todos os dias em que for possível aqui na tribuna da Assembleia Legislativa - que cumprir o seu dever com os aposentados e pensionistas.

E cumprir o dever, a sua obrigação, é revogar o confisco dos aposentados e pensionistas que foi instituído pela reforma da Previdência e pelo Decreto no 65.021. O nosso PDL 22, que já entrou em votação no dia 16 de dezembro de 2020 e foi retirado através de uma manobra regimental do governo, por uma emenda aglutinativa, Sr. Presidente, tem que voltar para votação aqui.

Porque o PDL já foi aprovado - V. Exa. acompanhou - em todas as comissões, no congresso de comissões, com parecer favorável do deputado Telhada. Entrou em votação, mas o governo, com medo de que ele fosse aprovado, usou esse artifício regimental.

Agora, essa emenda já foi aprovada também em duas comissões, está na última comissão, que é a Comissão de Finanças. E aí o projeto fica pronto novamente para voltar ao plenário, bastando ser pautado pelo presidente, o deputado Carlão Pignatari.

Então, é importante que a deputada Damaris, que é a relatora da emenda ao PDL na Comissão de Finanças... Porque não é o PDL que está em discussão, é a emenda; o PDL já está aprovado em regime de urgência em todas as comissões.

Faço um apelo aqui à deputada Damaris, para que ela apresente, em caráter de extrema urgência, o parecer, para que a Comissão de Finanças possa, enfim, fazer a votação dessa emenda e liberar o PDL para que ele venha para o seu lugar, que é o plenário, onde ele estava no dia 16 de dezembro.

Nunca vou me esquecer daquela data; nós fizemos uma grande articulação, e também foi a data do assédio contra a deputada Isa Penna, naquela noite tenebrosa que nós tivemos aqui na Assembleia Legislativa.

Então, faço um apelo à deputada Damaris para que ela entregue, em caráter de urgência, o parecer, porque nós não podemos mais, gente, penalizar os aposentados e pensionistas.

Já passou da hora de votar o PDL 22 e combater esse confisco que tem literalmente prejudicado a vida de milhares de pessoas, que não conseguem mais comprar o alimento, pagar o convênio, pagar o lamspe, sustentar as suas famílias, fazer um tratamento médico, comprar remédios.

Tem até notícias, Sr. Presidente, de suicídios, já, de aposentados e pensionistas, porque esse confisco faz muita falta. Então, vamos aprovar o PDL 22 já.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo, então, acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - PP - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem a Ordem do Dia. Uma boa tarde a todos. Deus abençoe a todos vocês.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 10 minutos.

26 DE NOVEMBRO DE 2021

72ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: JANAINA PASCHOAL

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JANAINA PASCHOAL

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Relata manifestação em frente ao lamspe. Crítica privatizações em vários setores da instituição. Afirma que o lamspe não recebe o financiamento necessário. Considera insuficientes as verbas que serão destinadas à entidade em 2022.

3 - MAJOR MECCA

Discorre sobre a situação da Segurança Pública no Estado. Solicita reajuste salarial para os policiais. Considera péssimas as condições de trabalho da Polícia Militar.

4 - CARLOS GIANNAZI

Menciona realização de audiência pública para discussão de possível privatização do Petar, em Iporanga. Diz que a população do local é contra a privatização do parque. Mostra-se contrário à aprovação do PL 410/21.

5 - CARLOS GIANNAZI

Pela ordem, solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

6 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 29/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Boa tarde a todos. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Imediatamente, abro o Pequeno Expediente e começo a leitura da lista dos oradores inscritos: deputado Professor Walter Vicioni. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, ontem ocorreu um ato muito importante no lamspe, na frente da sede da administração da lamspe, aqui perto da Assembleia Legislativa, na avenida Ibirapuera, com a presença de vários servidores de várias regiões do estado, do interior paulista, da Grande São Paulo, da Baixada Santista, da Capital. Muitas entidades estavam representadas.

Eu estive lá participando também, a deputada Bebel esteve presente, enfim. Foi um ato de denúncia, de cobrança, sobretudo por conta do abandono, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que o governo Doria impôs ao lamspe e ao Hospital do Servidor Público Estadual, que está passando por uma grande crise, por um grande processo de terceirização.

A enfermagem foi terceirizada, o pronto-socorro foi terceirizado, os médicos foram contratados por uma empresa. Em vez de o governo abrir concurso público ou chamar os concursos que ainda estão em vigência, o governo começa a terceirizar.

Ele contrata empresas, deputado Mecca, e contrata esses médicos. Só que esse médico não fica muito tempo, porque ele sai de uma empresa, vai para outra e não cria vínculo com os funcionários.

É um verdadeiro caos. O pronto-socorro, a emergência está abarrotada de gente nos corredores, sentadas em cadeiras, pessoas que chegam de longe, viajam por sete, oito horas por dia, durante todo o dia ou durante a noite, ficam lá sentadas durante horas esperando por um atendimento.

Então, a situação é de calamidade pública dentro do Hospital do Servidor Público, não por conta dos funcionários de carreira, porque esses estão fazendo tudo o que é possível e impossível para atender à população, mas tem uma questão gravíssima que é de financiamento. O governo não financia mais, praticamente, o lamspe.

E tem uma questão da gestão, a gestão do lamspe não é democrática. O servidor público sustenta com o seu salário o hospital, porém ele não tem direito de participar da gestão, que é uma gestão totalmente tumultuada e ineficiente que leva a esse caos.

Então, primeiro não tem financiamento, segundo a direção é extremamente autoritária, a superintendência não dialoga com os funcionários e aí nós temos o caos dentro do hospital.

Em relação ao lamspe, nós temos outra situação, que é o descredenciamento de vários hospitais no Interior, na Baixada Santista, na Capital, na Grande São Paulo, descredenciamento de clínicas, de laboratórios. Os servidores estão abandonados pelo estado, muitos não têm mais atendimento, porque os convênios foram rompidos pelo lamspe, por esses hospitais ou por essas clínicas.

A única saída para esse servidor que está distante de São Paulo é vir até o Hospital do Servidor Público Estadual, mas, chegando lá, ele se depara com o caos, não é? Com aquele inferno social.

Essa é a realidade dos fatos, é só entrar lá. Faço aqui um convite para que os deputados possam fazer diligências dentro do HSPPE, que é o Hospital do Servidor Público Estadual, para constatar o que eu estou dizendo.

O estado realmente já não vinha financiando corretamente o Hospital; agora, depois da aprovação do PL 529, piorou a situação. Aí o governo Doria lavou as mãos.

O que me chama a atenção é que no orçamento que estamos já debatendo, estudando agora, na Lei Orçamentária para 2022, o governo estadual só vai investir três milhões e 700 mil reais no lamspe. Isso não é nada para o lamspe, é quase um valor simbólico, porque os servidores vão contribuir com o desconto dos 2 e 3% com mais de 1 bilhão e 600 milhões de reais.

Então, isto aqui representa, na peça orçamentária, 0,22%, deputado Mecca. É o que o Doria vai investir na Saúde dos servidores do estado de São Paulo, que vão sustentar o hospital. Só que esse valor não sustenta o hospital, por isso o governo tem que dar a sua contrapartida, e isso não vem acontecendo.

Ao mesmo tempo, só para concluir, Sra. Presidente, apenas 3 milhões e 700 mil para o lamspe, mas, na mesma peça orçamentária, o governo vai destinar em redução do IPVA para as empresas locadoras 260 milhões de reais.

Então, para as empresas locadoras de automóveis, tudo, 260 milhões de reais; para o lamspe, apenas 3 milhões e 700 mil reais para a saúde dos servidores do estado de São Paulo. Ou seja, é um orçamento privatizado este aqui, um orçamento a serviço do capital, dos grandes empresários, dos grandes setores econômicos.

Eu quero fazer essa denúncia e dizer que nós temos que alterar veementemente e radicalmente a lógica desse orçamento, e este é o momento, porque ele está sendo debatido, será votado.

Ele não pode ser aprovado dessa maneira. Nós temos que disputar e canalizar os recursos estaduais para as áreas sociais, e não para empresa de locadora de automóveis, 260 milhões de reais.

Sem contar que as pessoas com deficiência ficaram também totalmente excluídas do processo, porque elas perderam, praticamente, a isenção. A comissão 48 tem denunciado exaustivamente o que está acontecendo no nosso estado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Seguindo com a lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. Vou seguir presidindo, não farei uso da palavra. Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.)

Deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Major Mecca. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sra. Presidente, demais deputados e deputadas presentes, nossas equipes que nos dão suporte, nossos policiais, todos vocês que nos acompanham pela Rede AleSP e pelas redes sociais.

A situação calamitosa que atravessa a Segurança Pública no estado de São Paulo, que permite que você, cidadão de bem, que as famílias de todos vocês, deputados, atravessem São Paulo com aumento de indicadores criminais, aumento de roubo, aumento de latrocínio, aumento de sequestro, essa situação tem uma razão.

A razão principal é a situação extrema de dificuldade que atravessamos os nossos policiais no estado de São Paulo, principalmente os nossos soldados, com o pior salário do Brasil.

E essa situação só será alterada se houver um imediato reajuste salarial dos policiais no estado de São Paulo, policial militar, policial civil, policial técnico-científico, policial penal.

Nós exigimos do Governo do Estado de São Paulo, do governador João Agripino Doria que vires finalmente essa chave e acabe com essa situação que nós atravessamos no nosso Estado.

No próximo dia 15 de dezembro, nós vamos para o nosso quarto ato da campanha unificada das associações das polícias militares e sindicatos e associações das Polícias Civil, Técnico-Científica e Penal, cobrando do estado de São Paulo, do Governo do Estado, do governador João Agripino Doria o cumprimento do seu compromisso de governo.

Cobramos também e exigimos. Eu exijo aqui desta tribuna, em nome de todos os policiais de São Paulo: secretário de Segurança Pública, general Campos; secretário executivo da Polícia Militar, coronel Camilo; delegado Youssef, secretário executivo da Polícia Civil; comandante-geral, coronel Alencar; e o delegado general, o delegado-geral Ruy Fontes, da Polícia Civil, assumam os seus postos de comandantes da tropa, dos policiais que estão passando por extrema dificuldade e se engajem nessa cobrança ao Governo do Estado de São Paulo.

Nós precisamos alterar essa situação, essa situação aqui, de policial nota dez e salário nota zero. Nós precisamos dar um fim a essa falta de política pública. Nós não podemos aceitar que um veterano de quase 80 anos de idade faça bico cinco dias por semana, 12 horas por dia, como vigilante, para sustentar a sua família.

Todos nós temos que estar engajados nessa luta. Precisamos virar essa chave, acabar com esse número de mortos no estado de São Paulo. Os nossos policiais estão morrendo. Nossos policiais estão tetraplégicos numa cama, estão em cadeiras de rodas. Seus familiares, as pensionistas, vivendo de favor de familiares, vivendo de doações de cestas básicas.

Nós precisamos acabar com isso imediatamente. Afinal, estamos no estado mais rico do País. Os cofres do Governo do Estado de São Paulo estão abarrotados com o recolhimento de impostos no nosso Estado.

Hoje o Governo do Estado de São Paulo opera com superávit. Nós não podemos permitir que esse dinheiro fique dentro de um cofre, e policiais passando fome no nosso Estado.

Engajem-se todos no nosso quarto ato, no dia 15 de dezembro. Não permitiremos que essa situação continue. Policiais prestando excelentes serviços, policiais nota 10, com os piores salários do BR, um salário nota zero.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Seguindo com a lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna a deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Raul Marcelo. (Pausa.)

Encerrando a lista do Pequeno Expediente, abro a lista suplementar, ainda no Pequeno Expediente. Chamo à tribuna o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, venho à tribuna novamente no dia de hoje para dizer que ontem houve uma audiência pública na Câmara Municipal de Iporanga, cidade do Alto Vale do Ribeira, para debater a questão da privatização da concessão do Petar, Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira.

O governo estadual está abrindo uma concessão, uma chamada pública internacional para que haja exploração econômica e comercial desse parque, de várias cavernas desse parque.

Primeiro eu gostaria de dizer que o que aconteceu ontem não foi uma audiência pública. Foi uma pseudoaudiência pública que foi chamada de uma forma online, com permissão para que apenas 40 pessoas participassem, entrando na Câmara Municipal. Mas isso não funcionou, porque mais de 300 pessoas foram à Câmara Municipal de Iporanga. A população esteve presente dizendo “não” à concessão, “não” à privatização.

Agora, é um absurdo fazer uma audiência pública online naquela região, que não tem internet. Mais de 70% da região não tem acesso à internet. Eu conheço, já fui na cidade. Mesmo onde tem internet, a dificuldade é muito grande de acessar. A rede toda hora tem problemas e foi o que aconteceu ontem nessa audiência.

Mesmo assim, das pessoas que participaram, tive uma informação agora de que, das 67 pessoas que participaram, 64 pessoas foram totalmente contra essa privatização do Petar, que vai colocar em risco os empregos já consolidados na região, vai colocar em risco a economia local, que é organizada através do turismo, que já existe há muitos anos na região.

Haverá desemprego, com certeza, porque lá existem empreendedores, pequenos empreendedores, existem os monitores autônomos. Todos esses setores serão prejudicados, porque é uma exploração comercial por 30 anos. Então, a população ontem disse “não” à privatização do Vale do Ribeira, do Petar.

Eu queria dizer o seguinte: espero que o governo respeite a decisão soberana do povo, da população, e não privatize, não entregue o parque, o Petar, para uma empresa privada, para uma empresa internacional, que não tem compromisso nenhum com a economia local, com o desenvolvimento ambiental e social da região.

Inclusive, depois que aconteceu, ou durante a realização da audiência, a população, através de suas entidades, conseguiu uma liminar ainda ganhando mais tempo para que houvesse uma decisão em relação a essa privatização, parece-me que de 90 dias.

O fato é que essa propaganda enganosa do governo Doria, do “Vale do Futuro”... Eu fui lá recentemente e vi muitas placas

do “Vale do Futuro”. O “Vale do Futuro” se resume a privatizar, privatizar o Petar, é disso que se trata o “Vale do Futuro”, que vai transformar o Vale do Ribeira, sobretudo o alto Vale do Ribeira, que tem um grande potencial turístico, que já é explorado pelos municípios, sobretudo pelos municípios de Iporanga, Eldorado e Apiaí.

Eles vão transformar aquela região no vale da morte, no vale da miséria, no vale do desemprego, com essas privatizações. É por isso que há uma forte rejeição da própria população local, que não quer que a região seja privatizada.

Quero ainda, só para concluir a minha intervenção no dia de hoje, Sra. Presidente, dizer da nossa contrariedade também em relação ao PL 410, que será votado na semana que vem. Somos contra, porque o PL 410 significa a privatização dos assentamentos, a privatização da reforma agrária. Significa, na prática, a legalização da grilagem, das invasões feitas pelos grandes latifundiários em terras devolutas do estado.

Então, a Assembleia Legislativa não pode deixar a sua digital nessa legalização das invasões das terras do estado, do povo do estado de São Paulo, e na destruição dos assentamentos.

Na verdade, eles serão todos vendidos, privatizados e nós teremos também um grande prejuízo na produção de alimentos saudáveis. Isso vai refletir na mesa de todos nós.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças e não havendo mais ninguém para utilizar a tribuna, eu peço o levantamento desta sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - É regimental, Sr. Deputado. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Desejo um bom final de semana a todos.

Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 29 minutos.

Atos Administrativos

ATO DA MESA Nº 36/2021, DE 01/12/2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a frota dos veículos a serviço do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do uso de veículos oficiais às normas jurídicas vigentes, RESOLVE:

Capítulo I - Da Classificação da Frota ALESP

Artigo 1º - Os veículos a serviço da Assembleia Legislativa classificam-se nos seguintes grupos:

I - Grupo A - Automóveis para uso oficial, compreendidos como os dedicados a representação parlamentar ou deslocamento de funcionários a serviço da administração, locados ou pertencentes à frota própria da AleSP;

II - Grupo B - Veículos de Natureza Especial - assim considerados os utilizados exclusivamente em transporte médico, locados ou pertencentes à frota da AleSP;

III - Grupo C - Veículos de Serviço – assim considerados os utilizados para transporte de materiais, locados ou pertencentes à frota da AleSP

Artigo 2º - Ficam estabelecidas as seguintes características de veículos, para os grupos referidos no artigo anterior:

I - Grupo A - Automóveis para uso oficial, compreendidos como os dedicados a representação parlamentar ou deslocamento de funcionários a serviço da administração, locados ou pertencentes à frota da AleSP;

a) automóveis de representação da Mesa, Mesa Substituta, Lideranças de Bancadas, Deputados, Secretários e transporte de servidores:

1. Características - automóvel movido a gasolina, etanol ou acumuladores elétricos, na cor preta, tipo sedam médio ou pequeno, com placa branca oficial, se próprio, ou placas regulares, se locados, emitidas pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN ou de representação, confeccionada de acordo com o disposto na Resolução nº 32/1998, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, contendo esta necessariamente o brasão do Estado de São Paulo, o número de ordem convencionado pelo Poder Legislativo Estadual e a indicação da sede deste Poder sempre legíveis.

2. Utilização – Parlamentares, ocupantes do QSAL e demais pessoas por eles autorizadas no cumprimento de suas atividades.

II - Grupo B - Veículos de Natureza Especial:

1. Características - ambulância, movida a gasolina, etanol, diesel ou acumuladores elétricos, cor branca, com placa oficial branca, se próprio, ou regular, se locado, emitida pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN; deve conter brasão do Estado de São Paulo, circundado pelos dizeres "Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo" nas portas dianteiras.

2. Utilização - transporte, dentro dos limites do Município de São Paulo, de pessoas enfermas ou acidentadas, que se encontram no recinto da ALESP, em atendimento de urgência, a critério da Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor;

III – Grupo C - Transporte de Material

1. Características - veículos, tipo utilitário, movido a gasolina, diesel, etanol ou acumulador elétrico, cor branca, placa oficial branca, se locado, ou regular se locado, devendo conter brasão do Estado de São Paulo, circundado pelos dizeres "Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo" nas portas dianteiras.

2. Utilização - restrita ao transporte de carga para atendimento das necessidades do Poder Legislativo.

Capítulo II – Dos Condutores

Artigo 3º - São aptos a conduzir os veículos da frota da ALESP os servidores do QSAL, designados pelos titulares dos mandatos, incluído o próprio parlamentar, bem como, os designados pelos titulares de unidades administrativas e parlamentares com competência para esse fim, desde que, portadores de Carteira Nacional de Habilitação válida, correspondente a categoria do veículo.

I- Os condutores deverão apresentar à Divisão competente do Departamento de Infraestrutura designação em formulário próprio - Termo de Responsabilidade por Multas e Pontuação de Trânsito - onde constarão seus dados funcionais, servindo o referido documento de autorização para indicação de condutor em caso de infrações de trânsito;

II- Deverão apresentar junto com o formulário, cópia da Carteira Nacional de Habilitação válida.

III - Para a condução de veículos de natureza especial deverão apresentar Carteira Nacional de Habilitação válida e, quando necessário, realizar treinamento específico para condução de veículos dessa categoria custeados pela ALESP.

Artigo 4º - Cada gabinete parlamentar indicará, além do parlamentar, os respectivos condutores.

Capítulo III - Da Utilização dos Veículos Oficiais

Artigo 5º - É proibido o uso de quaisquer veículos da frota ALESP para fins de campanha político-partidária.

Parágrafo único - A inobservância do contido no “caput” deste artigo ensejará a responsabilização individual daquele que vier a incorrer em conduta vedada descrita no art. 73, I da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1.997.

Artigo 6º - Os veículos da frota da ALESP somente poderão circular a serviço e nos limites do Estado de São Paulo.

Parágrafo único - Excepcionalmente, tratando de missão oficial, desde que autorizado por requerimento à Segunda Secretária, o veículo poderá ultrapassar os limites do Estado